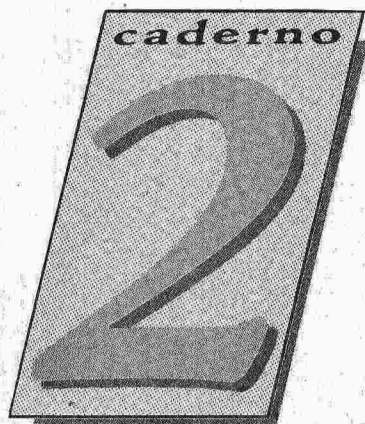


Até o sucesso dá prejuízo



Brasília é uma pedra na estrada dos produtores de show: além da obrigatória e farta distribuição de convites às autoridades, o GDF cobra o mais alto ISS de todo o País. A cidade está inviável.

Rodrigo Leitão

Além da "emissão exagerada de convites por parte do Defer", da distância que obriga um custo elevado quanto ao frete de equipamento, passagens e hospedagens, os produtores de eventos artísticos-culturais reclamam de outro entrave que está dificultando a inclusão de Brasília na rota dos grandes eventos promovidos no Brasil: a taxa do ISS (Imposto Sobre Serviços), cobrada sobre o bruto da bilheteria, que na Capital da República está fixada em 10%, conforme a lei nº 024 de 22/06/89, sancionada pelo GDF. Com um custo aproximado de 78 mil cruzados novos para a produção de um show de grande porte em Brasília, os produtores de dentro e fora da cidade não concordam com a cobrança "elevada" do ISS na Capital, que em bilheteria de dez mil pagantes ao preço médio de NCz\$ 10,00, chega a dez mil cruzados novos.

Embora o diretor do Defer, Hezir Espíndola, tenha informado ao **Caderno 2 do Jornal de Brasília** sua intenção em elaborar um projeto que reduza a taxa do ISS para eventos culturais e artísticos no Distrito Federal, no intuito de viabilizar um incentivo maior às produções de shows, teatro, esportes, e demais eventos considerados como diversões públicas, o secretário de Finanças do GDF, Osias Monteiro Rodrigues, afirma desconhecer qualquer projeto neste sentido. O secretário diz que há um projeto de lei complementar tramitando no Senado (lei 161 de 1989), visando regulamentar os serviços a serem cobrados pelo imposto. "Esta lei define os serviços incluídos na cobrança do ISS. As alíquotas são de competência dos estados e municípios, variando entre os serviços numa escala que vai de zero a dez por cento", informa Osias Monteiro.

Quanto ao movimento de empresários, produtores, artistas e dirigentes de órgãos e espaços utilizados pelas produções, para reduzir a taxa do ISS em Brasília nos eventos de diversões públicas (nos quais não estão incluídos os serviços prestados pelas redes de cinema), cuja taxa cobrada no Distrito Federal é uma das mais altas do País (dez por cento), ao lado de São Paulo, o secretário de Finanças do GDF adverte que será muito difícil conseguir tal redução. "Isso faria cair a receita do Estado". Osias Monteiro Rodrigues acrescenta que a tendência do mundo moderno é taxar o setor de serviços como se faz com o comércio e indústria, por ser também gerador de riquezas.

Rebatendo uma das defesas do diretor do Defer, pela emissão de 796 convites especiais para suprir os pedidos de autoridades, empresários e embaixadas nos eventos realizados no Ginásio de Esportes Nilson Nelson, Osias Monteiro Rodrigues afirma jamais ter recebido um convite para assistir eventos culturais no ginásio. "Eu acho que os produtores de shows estão cobertos de razão em reclamar dessa distribuição de convites, já que pagam imposto sobre eles também. O número de bilhetes deve ser reduzido ou até extinto, se for o caso. Não é com a redução do ISS, como eles querem, que se resolverá este problema. As autoridades têm dinheiro para comprar seus próprios convites e assistirem aos espetáculos. Eu nunca recebi um convite emitido pelo Defer e nem quero", argumenta o secretário de Finanças.

A questão do ISS que tanto aflige os produtores nacionais está caminhando para uma solução prática que poderá criar ainda mais transtornos para as empresas promotoras de shows.

A Associação dos Secretários de Finanças das Capitais (ABRAF) está mantendo encontros mensais para tentar a unificação do imposto em todo o País. A partir da aprovação da lei 161/1989 os serviços taxados pelo ISS poderão ser uniformizados a nível nacional, conforme informou o secretário de Finanças do GDF. Osias Monteiro Rodrigues adiantou também que as alíquotas cobradas atualmente em Brasília (veja box), já estão de acordo com alguns entendimentos de prefeituras a nível de capitais.

"A tendência é unificar, evitando desigualdades e essa discussão sobre quem cobra mais ou menos o Imposto Sobre Serviços". Segundo o secretário, a lei federal define a lista de serviços tributados pelo ISS em todos os municípios e a lei municipal define as alíquotas que serão aplicadas a estes serviços. No caso de Bra-



sília, não há, por enquanto, nenhuma perspectiva de redução desse índice de 10%.

Adotando uma política contrária à praticada pelo Governo do Distrito Federal, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte taxou o ISS para eventos culturais em duas modalidades: isenção da cobrança de ISS para produções locais, o que significa zero por cento de imposto; e 2% (dois por cento) para espetáculos de fora com caráter temporário, segundo informou o secretário adjunto de Finanças da capital mineira, Anselmo Horta Nassif.

Mas Horta Nassif pensa de forma contrária aos secretários de outros estados. "Não há uma preocupação quanto à alíquota, principalmente na parte cultural. Isso vai do interesse de cada município e depende da política fiscal e de incentivo cultural adotada por cada governo municipal. Em São Paulo, por exemplo, o número de eventos desta natureza é muito superior ao de Belo Horizonte. Eles cobram de acordo com seus interesses. Aqui é muito fraca a produção cultural, então temos que incentivar, cobrando uma taxa baixa e no caso local isentando o produtor".

O chefe de gabinete do secretário de Finanças de São Paulo, Sérgio Renault, esclarece que a taxa do ISS cobrada no maior centro cultural do País é de 10% do bruto coletado na

bilheteria. "Em São Paulo nós isentamos do Imposto Sobre Serviços apenas os músicos, artistas e shows humorísticos. Mas as empresas promotoras destes eventos pagam o ISS", declara Renault. Para ele a tendência da cobrança de ISS sobre eventos culturais em todo o país é a mesma. Renault adverte, porém, que em São Paulo há uma tentativa de derrubar as poucas isenções existentes.

O produtor local Waldemar Cunha observa que a taxa de 10% cobrada pelo ISS em Brasília onera as empresas, já que é descontada sobre o gasto com a produção. "Esse valor inviabiliza muitos projetos". Na Fundação Cultural, segundo Waldemar, a taxa de 15% cobrada pela espaço (incluindo ISS, aluguel, iluminação, emissão de ingressos e outros serviços) facilita mais as coisas que uma taxa de 10% apenas para ISS, cobrada no Ginásio de Esportes, sobre o bruto da bilheteria.

O produtor brasileiro salienta que, normalmente, na maioria das cidades, este valor do ISS é subsidiado porque beneficia culturalmente o público. "Fazer cultura é muito caro. O Governo deveria ter sensibilidade para entender o custo elevado de uma produção (veja box). Normalmente se faz pedido para reduzir ou não cobrar o ISS e isto é aceito. Aqui em Brasília não. Ninguém quer reduzir nada".

Brasília: cara e sem estrutura

"Em Brasília qualquer office-boy é autoridade". A frase é de César Castanho, empresário envolvido com grandes projetos musicais como o free-jazz ou mais recentemente o Festival de Blues de Ribeirão Preto. E revela um consenso comum entre os produtores do show-bizz. Com ele concorda Fred Rossi, veterano produtor e empresário de shows, que diz categoricamente: "Sempre que tenho que incluir Brasília no roteiro de viagem de algum artista ou grupo isso se torna um problema. Por causa das inúmeras dificuldades que encontram para produzir shows naquela cidade, os empresários interessados em comprar shows dos meus artistas acabam tentando regatear tanto no preço do cachê que as negociações, na maioria das vezes, se inviabilizam. Por isso tenho evitado levar shows para lá e já procuro excluir de cara essa cidade tão importante".

Responsável pela ida recente de artistas como Yma Sumar e Ornella Vanoni a Brasília, Horácio Margulies, da Socram Produções Artísticas, atrevida a respeito: "Brasília é uma terra de caciques sem índios. Lá todo mundo manda. Índios somos nós tentando levar shows até lá e lutando contra um monte de dificuldades", diz. Em março, Horário fez no Ginásio

Serviço mais caro

Conforme a lei nº 024 de 22 de junho de 1989, decretada pelo Senado Federal e sancionada pelo Governador do Distrito Federal, são estas as alíquotas para a cobrança do ISS no DF:

- 1) Execução de obras de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive os serviços auxiliares e complementares: 2% (dois por cento);
- 2) Jogos e diversões públicas (aqui entram todos os espetáculos artístico-culturais), exceto cinema: 10% (dez por cento);
- 3) Cinema: 1% (um por cento);
- 4) Transporte coletivo: 1% (um por cento);
- 5) Arrendamento mercantil ou "leasing": 2% (dois por cento);
- 6) Demais serviços: 5% (cinco por cento)

O show é um risco

Num espetáculo considerado de grande porte, com média de ingressos a NCz\$ 10,00 cujo público pagante seja de dez mil espectadores, é a seguinte a projeção de custos com cachê, ISS, Ecad e demais providências (não consideram as passagens aéreas e hospedagem):

- 1) Bruto coletado da bilheteria: NCz\$ 100.000,00 (cem mil);
- 2) ISS sobre esta bilheteria: NCz\$ 10.000,00 (dez mil);
- 3) Taxa do Ecad, já descontados os 5% de cortesia ao produtor: NCz\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos);
- 4) Cachê de um artista como Milton Nascimento: NCz\$ 30.000,00 (trinta mil);
- 5) Aluguel do Ginásio Nilson Nelson: NCz\$ 1.348,20 (um mil, trezentos e quarenta e oito cruzados e vinte centavos);
- 6) Aluguel do tapete de bidim que protege o piso do ginásio: NCz\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta);
- 7) No caso de um espetáculo que venha de fora e tenha apoio de uma produtora local, é praxe em todo o Brasil pagar 10% (dez por cento) à empresa co-produtora: NCz\$ 10.000,00 (dez mil);
- 8) O restante da renda, se excluído o patrocínio que varia conforme o evento, é aplicada no pagamento de: iluminação (NCz\$ 1.500,00), sonorização (NCz\$ 4.000,00), diária alimentícia por integrante da equipe do artista, geralmente cerca de 30 pessoas, por dois dias (NCz\$ 25,00 por cabeça. Total: NCz\$ 1.500,00), frente com o equipamento (NCz\$ 4.000,00), se for espetáculo vindo do Rio ou São Paulo, 200 seguranças a NCz\$ 25,00 cada (NCz\$ 5.000,00).

□ Total de bilheteria: NCz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados novos);

□ Total de despesas: NCz\$ 77.398,20 (setenta e sete mil trezentos e noventa e oito cruzados novos e vinte centavos);

□ Rendimento líquido para a empresa produtora, que administra esta quantia para a produção de novos espetáculos e pagamento do quadro de pessoal: NCz\$ 22.601,80 (vinte e dois mil seiscentos e um cruzados novos e oitenta centavos);

Nilson Nelson o show com Roberto Carlos, e em maio, Milton Nascimento. Paa ele, os shows foram bons, mas o retorno desestimulante. "Esse ISS de 10%, comparável apenas ao de São Paulo, é alto se considerarmos a falta de infra-estrutura da cidade (para fazer shows no Ginásio temos até que levar o palco porque na cidade não há quem faça), a imensa quantidade de convites que somos praticamente obrigados a ceder, a distância do centro Rio-São Paulo a nível de transporte, tempo e locomoção, e ainda os custos altos que essa cidade gera na estadia e alimentação do artista, músicos e da equipe de produção. Sendo assim, é mais vantagem agendar Belo Horizonte, que além de ser mais próxima, tem ISS mais baixo e público igualmente interessado em espetáculos de qualidade", afirma Marcos Lázaro, o mais antigo empresário brasileiro do showbiz, confessa não estar a par das recentes dificuldades com relação a Brasília, mas considera a cobrança do ISS prejudicial para todo o segmento da produção de shows. "Gastamos mais de 50% da bilheteria entre aluguel de salas de espetáculos (ginásios ou casas particulares), com a arrecadação dos direitos autorais, e outros recolhimentos obrigatórios. (Nanete Neves, de São Paulo